



## GT- ESTUDOS E PESQUISAS EM ESPAÇO, TRABALHO, INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

Modalidade da apresentação: Comunicação oral

### **A REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL: em busca da integração econômica-espacial**

Otomar Lopes Cardoso Junior

#### RESUMO

Em 16 de janeiro de 1997 “nascia” a Região Metropolitana de Natal por determinação legal, a Lei Complementar 152, com seis municípios em sua base territorial, a partir da centralidade da Capital potiguar. Ao longo dos anos foram promulgadas outras seis leis complementares, as últimas em 2015, para chegar à composição moderna, com quatorze municípios. Apesar da proposta de integração regional, propósito da Região Metropolitana de Natal, desde seu início a disparidade entre os vizinhos ressaltava o desafio de propor e gerenciar políticas públicas que integrassem as demandas e as capacidades de ações coletivas. Ao longo dos anos não houve sensível modificação regional no que se refere a uma aproximação dos efeitos econômicos para as populações locais: o Produto Interno Bruto e, principalmente, o Produto Interno Bruto *per capita* oferecem leituras diferentes de uma realidade baseada no propósito da integração regional. Este trabalho apresenta a evolução recente do crescimento econômicos dos quatorze municípios da Região Metropolitana de Natal em sua comparação macroeconômica, o Produto Interno Bruto, mas também em sua percepção micro, a evolução do Produto Interno Bruto *per capita* em termos de salário-mínimo, entre 2010 e 2015, aproximando uma avaliação da realidade do poder de compra dos munícipes.

**Palavras-Chave:** Região Metropolitana de Natal. Disparidade econômica regional. Integração espacial-econômica.

#### 1 INTRODUÇÃO

---

A Região Metropolitana de Natal (RMN) conta, atualmente, com 14 municípios distribuídos em todas as direções a partir de sua centralidade, a Capital. No início, quando de sua criação em 1997, com a Lei Complementar 152, contava com menos da metade dos municípios atuais, apenas 6: Natal, Parnamirim, Macaíba, São Gonçalo do Amarante, Extremoz e Ceará-Mirim. Esta diversificação quantitativa também foi de ordem qualitativa, ou seja, a nova caracterização da RMN tem fortes disparidades internas dentre as quais se destaca a riqueza econômica, mensurada aqui sob a forma da evolução do PIB-Produto Interno Bruto em período recente, 2010 a 2015 (último dado disponibilizado pelo IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Neste trabalho será explorado o distanciamento do PIB entre os municípios que compõe a RMN, indicativo de divergências solidificadas em função das distintas atividades realizadas em cada uma delas e, naturalmente, da impossibilidade da existência de igual infraestrutura (aeroporto, porto etc.) e oferta de serviços (educação, saúde, administrações pública estadual e federal etc.) e empregos (indústrias, comércios de grande porte etc.) em todas elas.

## **2 A REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL**

Ao longo dos anos outras seis leis complementares foram editadas até a composição moderna da RMN. De acordo com a LC 152/1997, seu art. 1º já trazia a possibilidade de inclusão de novos municípios: “§ 2º. Outros municípios poderão integrar a Região Metropolitana de Natal motivados pela sua expansão urbana acelerada, demanda por serviços e necessidades de investimentos em parceria.” A atual RMN está assim:

**QUADRO 1** – Leis complementares de criação da Região Metropolitana de Natal

ANO	NÚMERO	MUNICÍPIO
1997	152	Ceará-Mirim
		Extremoz
		Macaíba
		Natal
		Parnamirim
		São Gonçalo do Amarante
2002	221	Nísia Floresta
		São José de Mipibu
2009	315	Monte Alegre
	391	Vera Cruz
2013	485	Maxaranguape
2015	540	Arês
		Ielmo Marinho
	559	Goianinha

**Fonte:** NATAL (elaboração própria).

A primeira alteração ocorreu cerca de 5 anos após a criação da RMN com a inclusão de Nísia Floresta e São José de Mipibu. Na sequência das novas inclusões não houve caracterização de proximidade geográfica tal como na LC 2002, quando incluiu as vizinhas Nísia Floresta e São José de Mipibu. As vizinhas Monte Alegre e

Vera Cruz foram incluídas separadamente tal como Ielmo Marinho e Arês na mesma LC, embora localizadas em direções opostas em relação à Capital.

**FIGURA 1** – Região Metropolitana de Natal em 2018



Fonte: FNEM.

A ausência de uma ordem jurídica, na edição das LC, na constituição da RMN no formato atual também reflete a disparidade quando se observa as características de cada município. Divergem na uniformidade-regularidade populacional (Natal e Vera Cruz, por exemplo), industrial (Parnamirim e Ielmo Marinho, por exemplo), no contraste do espaço urbano-rural (Natal e Ceará-Mirim, por exemplo) bem como em relação à situação econômica, mensurada aqui a partir do Produto Interno Bruto (PIB).

O conceito do PIB adotado pode ser avaliado a partir da definição de tratar-se de "valor médio agregado por indivíduo, em moeda corrente e a preços de mercado, dos bens e serviços finais produzidos em determinado espaço geográfico, no ano

considerado" (RIPSA). Em que pese as eventuais contradições geradas pelo PIB entre crescimento e desenvolvimento econômico, este é, sem dúvida, o mais eficaz parâmetro de avaliação – a médio e/ou longo prazos – de desempenho econômico nacional, regional, estadual ou municipal. Esta medida utilizada globalmente e adotada pelo IBGE teve sua criação em pleno período da II Guerra Mundial:

O PIB foi idealizado por Simon Kuznets (1941) e é uma medida que tornou-se amplamente difundida com o advento da Segunda Guerra Mundial, em que tinha como escopo medir a produção de bens e serviços direcionados aos conflitos, como aviões, tanques e gastos com defesa. (SOUZA, 2018, p. 26)

Esta "medida padrão de vida" também serve de parâmetro para a população que, embora não perceba seus resultados enquanto agregado macroeconômico, percebe diariamente o reflexo da desenvoltura econômica de sua localidade, do ambiente em que está inserido. Não é, conseqüentemente, uma medida neutra, embora contribua na análise estrutural, seja do ponto de vista micro seja do ponto de vista macroeconômico, como traz Stiglitz (*apud* SOUZA, 2018, p. 27):

A questão central é se o PIB provê uma boa medida do padrão de vida. Em muitos casos, o valor do PIB sugere que a economia vai bem melhor do que indicariam os cidadãos conforme suas percepções. Além disso, tal foco do PIB cria conflitos: líderes políticos são instruídos a maximizá-los, mas os cidadãos também demandam que seja dada atenção às melhorias da segurança, redução da poluição, sonora, ar, e das águas, o que por sua vez, diminui o crescimento do PIB (STIGLITZ, 2009, p 01).

O maior PIB dos municípios da RMN é atribuído à cidade de Natal, com cerca de R\$ 20,9 bilhões (em 2015) enquanto o menor está associado à Vera Cruz, com cerca de R\$ 93 milhões, uma proporção 225 vezes menor em relação à Capital. A seguir, Na Tabela 1, a evolução do PIB na RMN entre 2010 e 2015 (último ano apresentado pelo IBGE):

**TABELA 1** – Classificação do PIB na Região Metropolitana de Natal, 2010 a 2015  
(em R\$ 1 milhão).

ORDEM	CIDADE	2010	2011	2012	2013	2014	2015
1º	Natal	12.919,0	14.702,0	16.542,6	18.465,1	19.100,6	20.904,2
2º	Parnamirim	2.794,3	2.966,4	3.516,1	4.136,9	4.383,2	4.597,3
3º	S.G. do Amarante	1.380,0	1.418,1	1.338,4	1.560,6	1.664,0	1.555,8
4º	Macaíba	1.057,4	1.079,8	1.324,9	1.389,1	1.355,8	1.413,0
5º	Ceará-Mirim	473,1	485,2	579,0	664,0	701,6	728,4
6º	S.J. de Mipibu	409,7	464,4	559,7	606,6	649,1	693,0
7º	Nísia Floresta	168,6	186,5	220,4	268,0	296,0	334,1
8º	Extremoz	161,3	187,9	212,6	247,0	263,2	299,2
9º	Goianinha	151,6	182,7	203,1	233,8	262,2	296,7
10º	Arês	257,7	280,8	295,9	209,7	247,0	223,5
11º	Monte Alegre	100,9	111,0	129,9	150,2	162,9	177,4
12º	Maxaranguape	55,5	60,7	67,0	81,3	87,9	98,1
13º	Ielmo Marinho	63,8	65,2	74,4	83,1	92,4	96,5
14º	Vera Cruz	49,8	57,8	66,4	76,9	83,6	93,0
--	TOTAL	20.042,7	22.248,6	25.130,5	28.172,3	29.349,6	31.510,3

**Fonte:** IBGE (elaboração própria).

**Nota:** PIB "série revisada".

As únicas alterações no período referem-se às cidades de Arês, na 7ª colocação em 2010 para a 10ª em 2015, e de Ielmo Marinho, que perdeu uma posição em 2015 em relação à 12ª colocação em 2010. Em Arês um dos relevantes aspectos da queda na participação do PIB foi o crescimento das atividades da Biosev (antiga Usina Estivas) que desconcentrou parcela de suas atividades administrativas para a vizinha Goianinha. Já a superação de Ielmo Marinho por Maxaranguape pode ser, eventualmente, associada ao crescimento do turismo no município litorâneo e à redução do desempenho econômico na produção de abacaxi.

Percebe-se, também, que a crise econômica nacional iniciada em 2014 e acentuada em 2015 não modificou substancialmente a evolução da série histórica, a única redução no PIB foi em São Gonçalo do Amarante decorrente sobretudo da conclusão das obras do novo aeroporto em que os investimentos maciços em obras e a contratação de mão de obra foram diminuídos já em 2014 (o aeroporto foi concluído antes do início da Copa do mundo de futebol).

Outro formato de avaliação utilizando o PIB como parâmetro é considerá-lo a partir da hipótese de uma repartição igualitária entre a população de determinada localidade. O “PIB *per capita*” é, então, a divisão do PIB pela população. Para a RMN, como indicado na Tabela 2 a seguir, ao avaliarmos o PIB *per capita* há uma hierarquização diferente se comparada apenas com o PIB:

**TABELA 2** – Classificação do PIB *per capita* na Região Metropolitana de Natal, 2010 a 2015 (em R\$ 1,0 milhão).

ORDEM	CIDADE	2010	2011	2012	2013	2014	2015
1º	Natal	16.072,2	18.133,1	16.256,5	21.623,7	22.157,3	24.029,2
2º	Parnamirim	13.804,9	14.232,6	16.415,3	18.032,6	18.574,3	18.966,9
3º	Macaíba	15.206,2	15.298,1	13.908,0	18.387,4	17.654,0	18.110,5
4º	S.J. de Mipibu	10.301,4	11.567,2	13.816,6	14.325,6	15.174,2	16.044,1
5º	Arês	19.925,7	21.521,5	22.471,9	15.236,1	17.764,4	15.916,8
6º	S.G. do Amarante	15.735,5	15.925,9	14.285,9	16.389,4	17.197,6	15.833,3
7º	Nísia Floresta	7.080,4	7.721,2	8.994,8	10.388,9	11.293,3	12.557,9
8º	Goianinha	6.748,3	7.997,6	8.750,0	9.550,7	10.534,2	11.731,2
9º	Extremoz	6.570,1	7.528,4	8.396,9	9.259,4	9.711,2	10.872,0
10º	Ceará-Mirim	6.973,9	7.075,6	8.390,2	9.240,6	9.694,6	9.994,8
11º	Maxaranguape	5.311,2	5.712,8	6.202,6	7.117,7	7.562,7	8.294,6
12º	Monte Alegre	4.880,5	5.329,8	6.197,3	6.881,0	7.404,5	8.005,4
13º	Vera Cruz	4.645,7	5.312,6	6.007,6	6.599,2	7.065,4	7.738,5
14º	Ielmo Marinho	5.233,5	5.291,2	5.971,3	6.356,2	6.981,3	7.204,2

**Fonte:** IBGE (elaboração própria).

**Nota:** PIB “série revisada”.

A liderança continua a estar representada por Natal, com R\$ 24.029,17 de renda média mensal, enquanto na outra extremidade, aparece Ielmo Marinho, com R\$ 7.204,24: uma diferença 3,3 vezes maior em favor da Capital.

Uma comparação mais dinâmica do impacto do PIB na população das cidades é a percepção do resultado econômico no dia a dia pode ser obtida a partir da comparação da renda *per capita* com o salário-mínimo.

Os resultados comparativos estão na Tabela a seguir:

**TABELA 3** – Variação do PIB *per capita* em Reais e em salários-mínimos na Região Metropolitana de Natal, 2010 a 2015.

ORDEM	CIDADE	VARIAÇÃO 2010/2015	% DO	PIB PIB PER CAPITA EM SALÁRIOS-MÍNIMOS		
		PER CAPITA	TOTAL	2010	2015	VARIAÇÃO 2010/2015
1º	Nísia Floresta	77,4	98,1	1,1	1,2	14,8 %
2º	Goianinha	73,8	95,7	1,0	1,1	12,5 %
3º	Vera Cruz	66,6	86,6	0,7	0,8	7,8 %
4º	Extremoz	65,5	85,5	1,0	1,1	7,1 %
5º	Monte Alegre	64,0	75,8	0,7	0,8	6,2 %
6º	Maxaranguape	56,2	76,9	0,8	0,8	1,1 %
7º	S.J. de Mipibu	55,7	69,1	1,6	1,6	0,8 %
8º	Natal	49,5	61,8	2,4	2,3	- 3,2 %
9º	Ceará-Mirim	43,3	53,9	1,1	1,0	- 7,2 %
10º	Ielmo Marinho	37,7	51,3	0,8	0,7	- 10,9 %
11º	Parnamirim	37,4	64,5	2,1	1,9	- 11,1 %
12º	Macaíba	19,1	33,6	2,3	1,8	- 22,9 %
13º	S.G. do Amarante	0,6	12,7	2,4	1,5	- 34,9 %
14º	Arês	- 20,1	- 13,3	3,0	1,6	- 48,3 %

**Fonte:** IBGE (elaboração própria).

**Nota:** PIB "série revisada". A média mensal, em salário-mínimo, foi obtida a partir do Pib *per capita* dividido por 13 (considerando 12 salários mensais e o 13º)

Inicialmente observa-se que os principais crescimentos do PIB total ocorrem em municípios com menor importância econômica (Nísia Floresta, Goianinha, Vera Cruz, Extremoz e Monte Alegre) se comparada com os maiores PIB (Natal, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, Macaíba e Ceará-Mirim). Há uma aparente inversão hierárquica em que as pequenas economias parecem ter alcançado uma dinâmica melhor de crescimento econômico aliado também ao fato natural de que o crescimento em economias mais expressivas tende a ser mais lenta do que em economias menos impactantes. Isto não significa, no entanto, que as cidades mais ricas economicamente estejam em ritmo decrescente: uma variação positiva de um ponto percentual em uma economia sólida produz muito mais impacto para todos do que o mesmo índice em uma economia mais fraca.

O crescimento populacional de Parnamirim no período analisado alterou a relação entre o aumento do PIB e o PIB *per capita*: enquanto o primeiro foi positivo em



64,5%, o segundo ficou em 37,4%; o aumento da população foi “mais rápido” do que o econômico, por isto Parnamirim apresenta esta maior discrepância na RMN.

Duas cidades amargaram índices insatisfatórios quanto ao crescimento do PIB e, com efeito mais sentido pela população, o PIB *per capita*: São Gonçalo do Amarante e Arês. As duas cidades sofreram com as situações de uma empresa, em casa cidade, respectivamente, o fim da construção do novo aeroporto e a transferência de parcela das atividades administrativas. Enquanto São Gonçalo do Amarante poderá/tenderá a recuperar o crescimento em médio prazo com o funcionamento efetivo do novo aeroporto (mas também a depender dos investimentos atraídos em função deste equipamento urbano), Arês continuará com sua atividade econômica principal dependente da cana de açúcar, mas não parecer apresentar, a curto-médio prazos, outra empresa que “substitua” a arrecadação gerada pela Biosev.

Os melhores resultados do PIB na RMN estão representados nas Figuras 1 e 2, abaixo:

**FIGURA 2** – Municípios da Região Metropolitana de Natal com maiores variações percentuais do PIB e do PIB *per capita* entre 2010 e 2015



1º Nísia Floresta

2º Goianinha

3º Vera Cruz

4º Extremoz

5º Monte Alegre

Fonte: IBGE (elaboração própria).



**FIGURA 3** – Municípios da Região Metropolitana de Natal com variação positiva do PIB *per capita* calculado em salários-mínimos entre 2010 e 2015



- 1º Nísia Floresta
- 2º Goianinha
- 3º Vera Cruz
- 4º Extremoz
- 5º Monte Alegre
- 6º Maxaranguape
- 7º São José de Mipibu

**Fonte:** IBGE (elaboração própria).

Ao avaliar os únicos resultados positivos de aumento da renda per capita calculada pelo PIB e tendo como base o salário-mínimo, metade dos municípios da RMN teve desempenho negativo. Importa ressaltar que o salário-mínimo tem seguido uma política diferenciada de reajuste, com base na inflação anual, uma prática pouco alcançada pela classe trabalhadora em geral que tem obtido aumentos poucos expressivos nos últimos anos. Se considerarmos o setor público, bastante presente na economia estadual, principalmente na Capital, os aumentos dos servidores públicos municipais, estaduais ou federais também não seguem a variação do salário-mínimo: entre 2010, quando era R\$ 510,00, e 2015, quando era R\$ 788,00, o aumento foi de 54,5%!

Os municípios menores, em população e em população economia atividade e no mercado de trabalho formal, tendem a aumentar sua participação no PIB através de repasses do Governo Federal, sejam via programas tais o Bolsa-Família sejam com os benefícios das aposentadorias e pensões da Previdência Social. Desta forma, como esta “massa salarial” é acompanhada substancialmente dos aumentos do

salário-mínimo, pode-se imaginar mais plausível a melhor distribuição do PIB *per capita* nestes municípios.

A Lei Complemento 152/1997 também criou o Conselho de Desenvolvimento Metropolitano de Natal (art. 2º, I e III) que tinha entre suas atribuições “promover a integração e uniformização dos serviços comuns e de interesse da Região Metropolitana” e “estimular entre os municípios da Região Metropolitana, a celebração de consórcios para resolução de problemas comuns” (Rio Grande do Norte). A intenção percebe-se, parte do pressuposto da existência de integração territorial em municípios limítrofes que têm desafios similares e que poderão, em conjunto, encontrar soluções mais eficazes e/ou eficientes. Apesar da alteração da composição da RMN, observa-se que, do ponto de vista da capacidade econômica (o PIB) e de seus reflexos locais (o PIB per capita), a existência de uma disparidade que a integração regional não amenizou.

---

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A idealização da RMN, com o “processo de metropolização” está datada “já nos anos 70. Nessa década, Natal foi reconhecida como *Aglomerção Urbana Não Metropolitana pelo governo estadual*” (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, destaque no original) e surgiu de uma demanda estruturada que trazia, já na proposta legislativa a finalidade de “institucionalizar a Grande Natal” vinculada à “expectativa de que, dessa forma, os problemas da região pudessem ser enfrentados de uma forma mais adequada.” (CLEMENTINO, 2018, p. 374). A “trajetória sinuosa ao longo dos anos que se seguiram à formalização” (RIO GRANDE DO NORTE, p. 31) contrapõe-se, ainda na atualidade, ao propósito inicial embora medidas esparçadas (e cíclicas) sejam programadas principalmente quando da edição de novas leis complementares que alteraram a configuração espacial da RMN. Os ciclos políticos-administrativos, em todas as esferas, ainda não confirmaram, na prática, a perspectiva do necessário avanço de políticas públicas mais eficientes e eficazes instrumentalizadas por meio de ações coordenadas nas regiões metropolitanas:

O novo arcabouço institucional não emergiu do vácuo. Iniciativas no âmbito do planejamento local e regional, experiência de cooperação intermunicipal precederam sua formalização ou contribuíram, e ainda contribuem de alguma maneira, para a formação de embrionária 'consciência metropolitana', processo lento que avança com dificuldades não apenas no Rio Grande do Norte, como de resto Brasil afora, em maior ou menor grau. (RIO GRANDE DO NORTE, p. 29).

A proposta da RMN continua válida e, juridicamente validada, desde 1997 (quando de sua criação) até mais recentemente, em 2015 (quando das últimas inclusões). Permanece, no entanto, uma dimensão geográfica espacial-econômica bastante desigual; e sem expectativa de mudança.

## **REFERÊNCIAS**

---

CELEMENTINO. M. do L. M. A (não) implementação do Estatuto da Metrópole na Região Metropolitana de Natal. In: MARGUTI, B. O. AURÉLIO COSTA, M. FAVARÃO, C. B. (orgs.) Brasil metropolitano em foco: desafios à implementação do Estatuto da Metrópole. IPEA, 2018. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180410\\_brasil\\_metropolitano\\_em\\_foco\\_cap13.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180410_brasil_metropolitano_em_foco_cap13.pdf)>. Acesso em: 20 dez. 2018.

FÓRUM NACIONAL DE ENTIDADES METROPOLITANAS-FNEM. Região Metropolitana de Natal (RN). Disponível em: <<http://fnembrasil.org/regiao-metropolitana-de-natal-rn/>>. Acesso em: 9 set. 2018.

IBGE. Cidades. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em: 9 set. 2018.

NATAL SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO-SEMURB. Conheça melhor Natal e Região Metropolitana. Disponível em: <<https://natal.rn.gov.br/semurb/planodiretor/anexos/cartilhas/Regi%C3%A3o%20Metropolitana%20PDF.pdf>>. Acesso em: 9 set. 2018.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Como anda a Região Metropolitana de Natal. Disponível em: <[http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/como\\_anda/como\\_anda\\_RM\\_natal.pdf](http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/como_anda/como_anda_RM_natal.pdf)>. Acesso em: 20 dez. 2018.

PORTAL BRASIL. Salário-mínimo. Disponível em: <<http://www.portalbrasil.net/salariominimo.htm>>. Acesso em: 9 set. 2018.  
RIPSA. Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*. Disponível em: <[http://www.ripsa.org.br/fichasIDB/pdf/ficha\\_B.3.pdf](http://www.ripsa.org.br/fichasIDB/pdf/ficha_B.3.pdf)>. Acesso em: 9 set. 2018.



RIO GRANDE DO NORTE. LEI COMPLEMENTAR 152. Institui a Região Metropolitana de Natal e dá outras providências. Natal, RN, 16 jan. 1997. Disponível em: <<http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/gac/DOC/DOC000000000067473.PDF>>. Acesso em: 9 set. 2018.

RIO GRANDE DO NORTE. Plano estratégico de desenvolvimento sustentável para a Região Metropolitana de Natal. Natal Metrópole 2020. Disponível em: <[https://www.natal.rn.gov.br/sempla/paginas/File/Produto\\_8.pdf](https://www.natal.rn.gov.br/sempla/paginas/File/Produto_8.pdf)>. Acesso em: 20 dez. 2018.

SOUZA, F. S. P. M. de. Economia e meio ambiente: um debate teórico. Santa Catarina. UFSC, 2018. **Monografia** (Graduação em Ciências Econômicas). UFSC, Florianópolis, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/188562/Monografia%20Felipe%20Pessoa.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 9 set. 2018.